

Educação a Distância: potencialidades para a construção do conhecimento na temática Judicialização da Saúde.

Autores: Paulo Roberto Volpato Dias, Márcia Maria Pereira Rendeiro e Marcia Taborda

Resumo: O trabalho apresenta os resultados do Curso Judicialização na Saúde em Atenção Domiciliar que compõe o Programa Multicêntrico de Qualificação Profissional de Atenção Domiciliar, da Diretoria de Atenção Básica (DAB), do Ministério da Saúde (MS). O desenvolvimento do curso foi realizado pelo núcleo da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O curso é oferecido online, através do ambiente moodle em formato autoinstrucional. Até o momento, inscreveram-se 2.275 (dois mil duzentos e setenta e cinco) profissionais alunos, e foram emitidos 1.010 (mil e dez) certificados. Elaboramos e implementamos formulários de pesquisa para identificação de perfil e de avaliação de curso, aplicados respectivamente, pré e pós-realização do curso, abordando três dimensões: perfil do profissional/aluno, conhecimentos na temática, satisfação relacionada à metodologia e aos objetos de aprendizagem. As respostas emitidas pelos alunos demonstram que o curso atingiu os objetivos propostos tanto pelo grau de conhecimento pré e pós-realização do curso quanto pelo nível de satisfação com a metodologia, materiais, conteúdos e avaliações empregadas ao longo do curso.

Palavras-chaves: Educação permanente. Educação a Distância. Judicialização da saúde.

Distance Education: potentialities to construction of knowledge on Judicialization of Health

Abstract: This research presents the results of the course Judicialization of Health in Home Care, which is part of the Multicenter Vocational Training Program in Home Care (in Portuguese: *Programa Multicêntrico de Qualificação Profissional de Atenção Domiciliar*), sponsored by the Directory of Basic Health Care, Brazilian Health Ministry. The course was developed by the Unified Health System Open University (UNA-SUS) at Rio de Janeiro State University (UERJ). It is available online at Moodle e-learning platform in a self-instructional format. Up to now, 2,275 (two thousand two hundred seventy-five) professionals and students have signed up for the course and 1,010 (one thousand and ten) certificates were issued. We have also designed and implemented survey forms for profile identification and course assessment. These forms are applied respectively, before and after the course, covering three dimensions: professional / student profile; knowledge on the subject, level of satisfaction related to the methodology and the learning objects. The answers show that the course has achieved its goals, both by the level of knowledge pre and post the course, and by the level of satisfaction with the methodology, materials, content and evaluation approaches used throughout the course.

Keywords: Continuing education. Distance Education. Judicialization of Health.

Educación a Distancia: potencialidades para la construcción de conocimiento en la temática Judicialización de la Salud.

Resumen: Esta investigación presenta los resultados del curso Judicialización de la Salud en Atención a Domicilio, que forma parte del Programa Multicéntrico de Cualificación Profesional de Atención a Domicilio, de la Directoría de Atención Básica del Ministerio de Salud. Desarrollado por el núcleo de la Universidad Abierta del Sistema Único de Salud (UNA-SUS) de la Universidad del Estado de Río de Janeiro (UERJ). Se ofrece en Internet en ambiente Moodle y en formato autoinstruccional. Hasta ahora, 2.275 (dos mil doscientos setenta y cinco) profesionales y alumnos se han inscrito en el curso y 1.010 (mil diez) certificados fueron emitidos. También hemos preparado e implementado formularios para identificación de perfil y evaluación del curso. Estos formularios de autoevaluación se aplican respectivamente previa y posterior a la realización del curso, abordando tres dimensiones: perfil del profesional/alumno, conocimientos sobre el tema, satisfacción relacionada con la metodología y los objetos de aprendizaje. Los resultados demuestran que el curso alcanzó los objetivos propuestos, tanto por el grado de conocimiento previo y posterior al curso, como por el nivel de satisfacción con la metodología y los objetos de aprendizaje empleados.

Palabras clave: Educación permanente. Educación a Distancia. Judicialización de la Salud.

1 Introdução

A escolha da temática não ocorreu por acaso. O fenômeno da Judicialização da Saúde no Brasil tem provocado reflexões acerca da busca dos direitos em saúde por meio de demandas judiciais, que envolvem o cidadão, os profissionais e gestores das diversas instâncias Sistema Único de Saúde – SUS e o judiciário. As garantias constitucionais do direito de todos e dever do Estado e o conceito ampliado de saúde, conforme descrito na Constituição Federal de 1988, implicaram a busca da efetivação desses direitos pelos cidadãos, amparados pela legislação setorial (VENTURA et al., 2010; SANTOS, 2010).

Se, por um lado, o entendimento como um direito social fundamental do cidadão pressupõe a ação do Estado para a sua efetivação, por outro, a efetivação desse direito tem provocado o debate sobre como alcançá-lo, o que requer a resolução de um conjunto de questões mais amplas que envolvem os princípios da Universalidade, Equidade e Integralidade da atenção em saúde e Intersetorialidade (VENTURA et al., 2010; SANTOS, 2010).

Nesse sentido, estamos empenhados no compromisso assumido pelas Universidades Integrantes da Rede Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS) e a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde de potencializar a Educação Permanente, produzindo com qualidade e disponibilizando ofertas educacionais em larga escala e utilizando as Tecnologias de Educação e Comunicação (TIC) para os trabalhadores do Sistema Único de Saúde em temáticas prioritárias.

A Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) tem como um de seus objetivos apoiar a implantação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, oportunizando aos trabalhadores da saúde a oferta de cursos em temas prioritários e adequados à sua realidade por meio do uso das TIC. Dentre os diversos cursos disponibilizados pela UNA-SUS/UERJ, apresentamos o Curso Judicialização da Saúde na Atenção Domiciliar, módulo educacional componente do Programa Multicêntrico de Qualificação Profissional em Atenção Domiciliar, oferecido online, no ambiente Moodle, em formato autoinstrucional bem como algumas considerações sobre a potência da Educação a Distância para a aprendizagem, sob a ótica da autoavaliação.

2 Judicialização da Saúde

A Judicialização da Saúde é um fenômeno recente no Brasil, que vem impondo debates e reflexões entre os dirigentes sanitários e as autoridades judiciárias, visando encontrar um meio que possa, de fato, ser a forma democrática pela qual o cidadão faça valer um direito seu que esteja sendo descumprido pelas autoridades públicas (SANTOS, 2013).

Pode ser entendido como uma questão ampla, que envolve a busca por resolução de problemas que implicam a obtenção de medicamentos, insumos, próteses, internações, exames entre outras demandas com a intervenção do Judiciário.

O processo judicial, individual e coletivo, contra os Poderes Públicos, teve início na década de 90, com as reivindicações das pessoas vivendo com HIV/Aids para medicamentos e procedimentos médicos. As reivindicações fundamentam-se no direito constitucional à saúde, que inclui o dever estatal de prestar assistência à saúde individual, de forma integral, universal e gratuita, no Sistema Único de Saúde (SUS), sob a responsabilidade conjunta da União Federal, estados e municípios. (VENTURA et al., 2010, p. 78)

Reflete o conflito entre o que o cidadão entende que lhe deve ser garantido e o que o Estado, de fato, deveria garantir ou o faz de forma *insatisfatória* ou que o cidadão gostaria lhe fosse garantido, mas não encontra respaldo na lei. Por isso, a defesa de ambos os lados com o Judiciário a pender por um lado ou outro, conforme entender haver proteção legal.

Em um País de dimensões continentais como o Brasil, o maior em território da América Latina, as diferenças entre os municípios são muito marcantes e existem disparidades tanto na situação epidemiológica como na oferta de ações e serviços de saúde.

O arcabouço jurídico do SUS bem como toda a legislação referente tem conduzido, ao longo dos anos, ao aprimoramento do Sistema, sendo os avanços inegáveis. No entanto, algumas questões ainda permanecem como a superação do sistema fragmentado, superação dos constrangimentos em relação ao seu financiamento, redefinição da articulação público-privada e redução das desigualdades (PAIM, 2013).

Em 2009, ante a crescente demanda por ações judiciais e a não satisfação das necessidades requeridas pelos cidadãos, o Supremo Tribunal Federal realizou uma audiência pública para discutir a questão, tendo o Ministro

Gilmar Mendes concluído, em sentença no âmbito de uma demanda judicial, determinadas questões de política sanitária como um caminho orientador para as decisões dessas demandas. Em seguida, o Conselho Nacional de Justiça emitiu a Recomendação 31, de 2010, contendo importantes orientações nesse campo (SANTOS, 2013).

Gandini, Barione e Souza (2010) destacam que os argumentos apresentados pelo Estado para a não efetivação dos direitos sociais, especialmente devido ao alto custo, são confrontados pelos cidadãos, que hoje têm maior consciência dos seus direitos, especialmente por meio de demandas judiciais.

Compreender o que envolve a garantia do direito à saúde no SUS e propor as ações judiciais alinhadas com a falta da efetividade da garantia desse direito pressupõe perceber e distinguir situações que extrapolam o âmbito do SUS e que são garantidas, muitas vezes, pelo Poder Judiciário. É inegável que, em muitos casos, os interesses de mercado e do complexo médico-industrial estão além do interesse na construção da saúde pública (VENTURA et al., 2010).

Sob essa ótica, o Curso Judicialização da Saúde em Atenção Domiciliar visa analisar o Sistema Único de Saúde (SUS), suas estruturas organizativas e suas atribuições no contexto do direito à saúde, previsto na Constituição Federal, tendo em vista que o direito à saúde possui conceito mais amplo que as atribuições do SUS (UNASUS/UERJ, 2013). Com essa abordagem, espera-se que o profissional/aluno compreenda a complexidade da Judicialização da Saúde no país, em razão do pouco conhecimento do direito sanitário brasileiro.

3 O Curso

O Módulo Judicialização da Saúde em Atenção Domiciliar é componente do Programa Multicêntrico de Qualificação Profissional de Atenção Domiciliar. Oferecido na modalidade a distância, desenvolve-se no Ambiente Virtual de Aprendizagem construído com o software moodle, perfazendo uma carga horária de 30 horas. Por se tratar de um curso autoinstrucional, não há mediação de tutor, e as atividades possuem correção automatizada com feedback imediato de seus erros e acertos. Como estratégia pedagógica para estimular a discussão entre os alunos/profissionais, ao final das unidades temáticas, são propostas questões para reflexão do profissional com sua

equipe no contexto do trabalho e ou para discussão com outros profissionais na Comunidade de Práticas do Departamento de Atenção Básica.

O Curso busca analisar o Sistema Único de Saúde (SUS), suas estruturas organizativas e suas atribuições no contexto do direito à saúde, previsto na Constituição Federal, tendo em vista que o direito à saúde possui conceito mais amplo que as atribuições do SUS, encontrando-se estruturado em quatro unidades, conforme descrito: Unidade 1 – Saúde Pública; Unidade 2 – SUS: Estrutura, Competências e Serviços; Unidade 3 – Judicialização da saúde; Unidade 4 – Judicialização da Atenção Domiciliar.

Para a concepção e produção do conteúdo, convidamos a Profa. Dra. Lenir Santos, uma das maiores autoridades em Direito Sanitário do País, com diversas publicações nesse campo de atuação. Os validadores foram profissionais com experiência em Atenção Domiciliar, indicados pela Coordenação Geral de Atenção Domiciliar.

O público-alvo definido para o desenvolvimento do Curso se constituiu dos gestores e profissionais de saúde com ensino superior, embora este se encontre aberto a profissionais que pretendem adquirir conhecimento sobre o impacto da Judicialização no âmbito do direito à saúde. Com essa abordagem, espera-se que o participante compreenda os aspectos relacionados à Judicialização da saúde no país e sua aplicabilidade.

O profissional/aluno possui até seis meses para completar o curso, contados a partir do momento da matrícula, e caso não extrapole esse tempo, a matrícula será cancelada. Se depois do cancelamento, o aluno desejar retomar o curso, uma nova matrícula deverá ser feita, embora esta esteja condicionada ao número de vagas disponíveis e ao período de inscrições.

Ao final do curso, o aluno deverá realizar a prova on-line, a fim de conseguir a certificação. Para obtê-la, são permitidas 3 (três) tentativas e deverá realizar, pelo menos, 70% de acerto nas questões de múltipla escolha.

3.1 Pesquisas Avaliativas

As informações obtidas com uma avaliação centrada em objetivos podem ser usadas para reformular as metas de uma atividade, a atividade em si ou os procedimentos e mecanismos (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

Elaboramos e implementamos formulários de pesquisa pré e pós-realização do curso, abordando três dimensões: perfil do profissional/aluno,

conhecimentos na temática, satisfação relacionada à metodologia e objetos de aprendizagem com questões abertas e fechadas.

Os formulários de pesquisa foram desenvolvidos com módulo feedback do moodle. O módulo possibilita a criação de formulários online, gera automaticamente a análise gráfica das respostas e permite a exportação dos dados em excel. Além de conhecer o perfil dos alunos que procuram pelos cursos da UNA-SUS, o objetivo das pesquisas de avaliação é possibilitar o aprimoramento dos cursos, tornando-se mais adequados às características de seus usuários.

O formulário de avaliação de perfil, aplicado no início do curso, é dividido em três blocos: identificação de perfil, identificação do perfil digital e identificação da percepção sobre o nível de conhecimento acerca das dez temáticas principais a serem abordadas no curso.

O formulário de avaliação do curso, aplicado ao final, nos permite conhecer a opinião, crítica e sugestão sobre a nossa metodologia de trabalho, além de apresentar as dez temáticas principais abordadas no curso novamente, a fim de compararmos o nível de impacto sobre a aprendizagem a partir da percepção dos próprios alunos. Essa estratégia também pode ser considerada como uma forma de possibilitar ao aluno refletir sobre o que foi abordado e o que aprendeu, estimulando a metacognição, fundamental para a autoaprendizagem.

4 Resultados

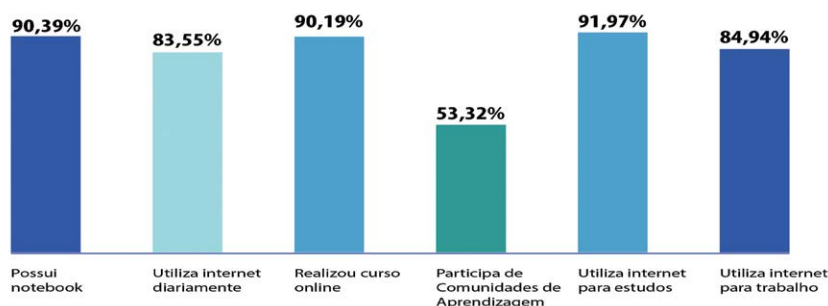
O curso foi lançado em setembro de 2013, tendo se inscrito 3672 profissionais/alunos até agosto/2014 e estando 1610 certificados. 1009 profissionais/alunos responderam ao formulário de perfil, o que corresponde a 43,9% dos alunos inscritos; 546 responderam ao formulário de avaliação de curso, ao final, o que corresponde a 33,91% de concluintes. Ressaltamos que o preenchimento dos formulários não teve caráter obrigatório, tendo sido garantido o anonimato das respostas.

A seguir, apresentaremos os resultados de perfil dos profissionais/alunos inscritos e de avaliação de curso, cujo enfoque é atribuído à comparação da percepção sobre o nível de conhecimento em relação às temáticas abordadas antes e após a realização do curso.

Sobre o perfil dos profissionais/alunos, é majoritariamente formado por mulheres (83,65%). Houve uma concentração nas faixas etárias entre 26 a 30 anos (24,68%) e 31 a 35 anos (22,10%) e 32,21% com tempo de atuação na profissão até 6 anos. Sobre a profissão, a área da Enfermagem ocupa 35,98 % das vagas, com participação pulverizada de profissionais da área da saúde ou não, o que pode ser explicado uma vez que os gestores não necessariamente são profissionais com formação na área da saúde. Sobre a localização geográfica dos participantes, houve uma concentração nas regiões Nordeste, com 276 profissionais/alunos (27,35 %), e Sudeste, com 460 (45,59 %). A região Sul ocupou 143 vagas (14,17 %).

Esse formulário apresentou um bloco referente ao perfil digital dos participantes. Como foi um bloco extenso, e isso se justifica pelo nosso interesse em conhecer detalhes sobre a utilização, como recursos, tempo de conexão, infocultura e objetivos, com o propósito de identificar possibilidades para o planejamento de cursos em ambientes virtuais bem como vislumbrar projetos de Educação Permanente, utilizando as TIC, optamos por selecionar e apresentar alguns dados, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Perfil digital dos profissionais/alunos – Dados selecionados. Ago/2014



Legenda: Dados coletados do Ambiente moodle do curso “Judicialização da Saúde em AD”. Ago/2014

Fonte: (UNASUS/UERJ, 2013)

Como é possível observar, os dados demonstram uma alta infocultura com profissionais/alunos que possuem estrutura necessária, estão conectados na Internet e já possuem experiência anterior de trabalhar e estudar via web.

A questão relacionada ao interesse do profissional em realizar o curso foi aberta e não obrigatória. Categorizamos as respostas em duas grandes moti-

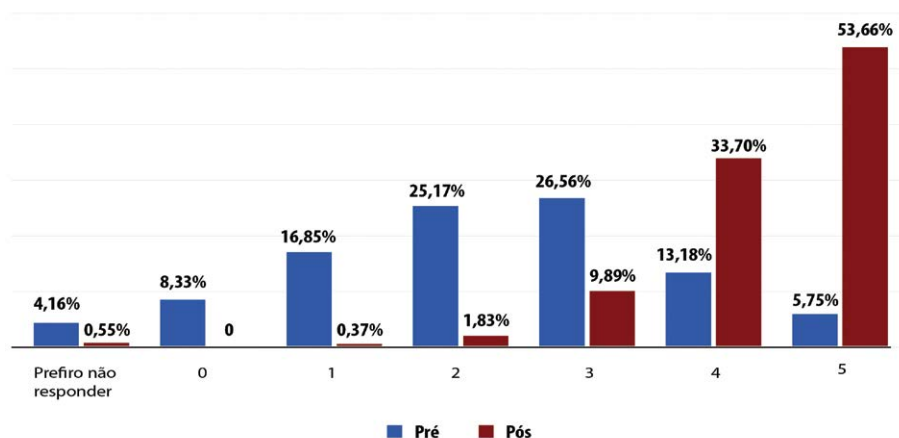
vações: “Importância da temática no cenário atual” e “Aprimorar o desempenho nas atividades profissionais”. Muitos profissionais relataram enfrentar as questões judiciais em seu dia a dia e ter interesse na temática, que aparece frequentemente no cotidiano dos serviços de saúde, tendo-se como exemplo a dos Gestores e profissionais que atuam na assistência farmacêutica e serviço social.

Para apresentar os resultados relacionados à percepção sobre o nível de conhecimento, elencamos 10 temas abordados no arcabouço teórico do curso, com enfoque principal nos conceitos básicos referentes ao tema Judicialização no âmbito da saúde pública, para que o aluno indicasse o grau de conhecimento dos respectivos temas antes e depois do curso.

O gradiente é medido no intervalo de valores de 0 a 5, sendo 0 o menor grau e 5 o maior. Ao final do curso, os mesmos 10 itens foram utilizados, para que o aluno avaliasse os conhecimentos adquiridos.

O Gráfico 2 demonstra o resultado em relação à pergunta sobre conhecimentos prévios, básicos, acerca do tema Judicialização. É importante observar que, antes do curso, somente 5,75% consideravam ter o maior grau em conhecimentos básicos na temática abordada e, ao final, essa percepção é alcançada por 53,66% dos profissionais/alunos.

Gráfico 2 – Percepção sobre conhecimentos básicos sobre Judicialização pré e pós-curso. Ago/2014.

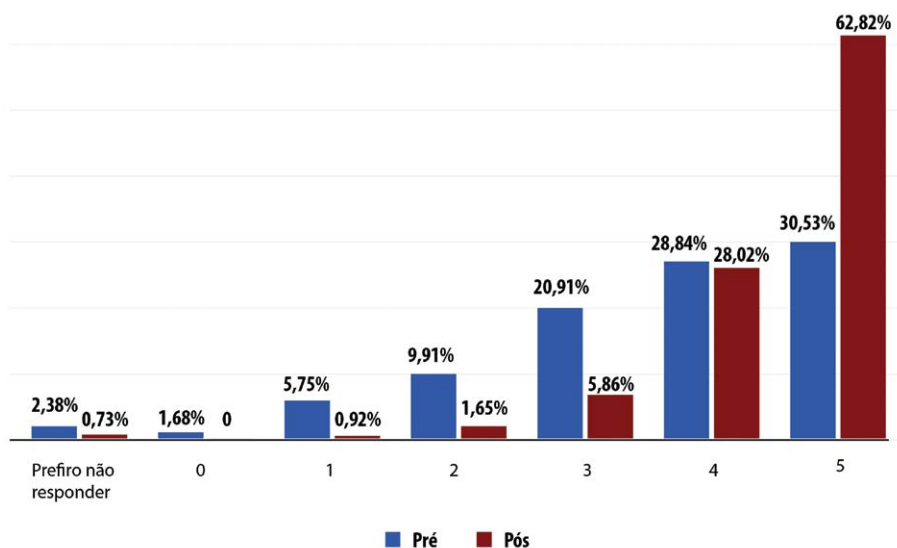


Legenda: Dados coletados do Ambiente moodle do curso “Judicialização da Saúde em AD”. Ago/2014

Fonte: (UNASUS/UERJ, 2013)

A percepção sobre o grau de conhecimentos em relação ao significado do Direito à Saúde, conforme a Constituição Federal de 1988, fundamental no processo de trabalho em saúde e na compreensão das questões relacionadas à Judicialização em Saúde, encontra-se no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Percepção sobre conhecimentos básicos em relação ao significado do Direito à Saúde, conforme a Constituição Federal de 1988 pré e pós-curso. Ago/2014.

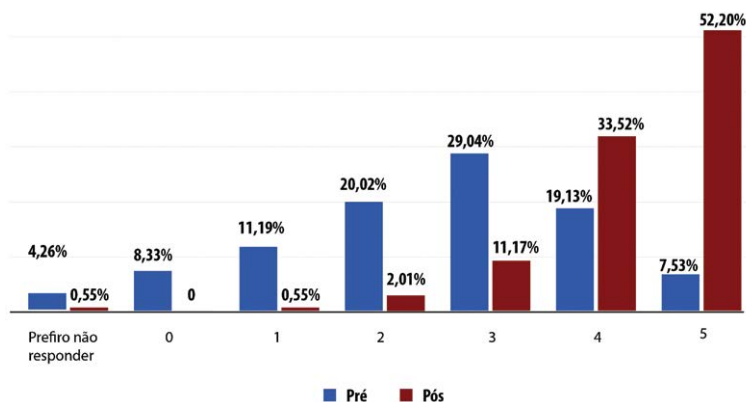


Legenda: Dados coletados do Ambiente moodle do curso “Judicialização da Saúde em AD”. Ago/2014

Fonte: (UNASUS/UERJ, 2013)

O princípio da Integralidade no SUS pressupõe o entendimento sobre a pessoa como um ser integral, inserida em uma determinada sociedade e ambiente social, político e econômico, as ações e os serviços de saúde concebidos para oferecer atenção em saúde na Promoção da Saúde, Prevenção, Curativa e Reabilitadora e os Serviços de Saúde organizados em Rede, cada um responsável pelas ações em seu nível hierárquico, de forma articulada. Sobre esse item, os dados são apresentados no Gráfico 4 e demonstram que, à semelhança dos itens já apresentados, houve uma resposta muito positiva, ampliando a percepção de conhecimentos dos profissionais/alunos.

Gráfico 4 – Percepção sobre conhecimentos básicos em relação aos reflexos do Princípio da Integralidade na Judicialização pré e pós-curso. Ago/2014.

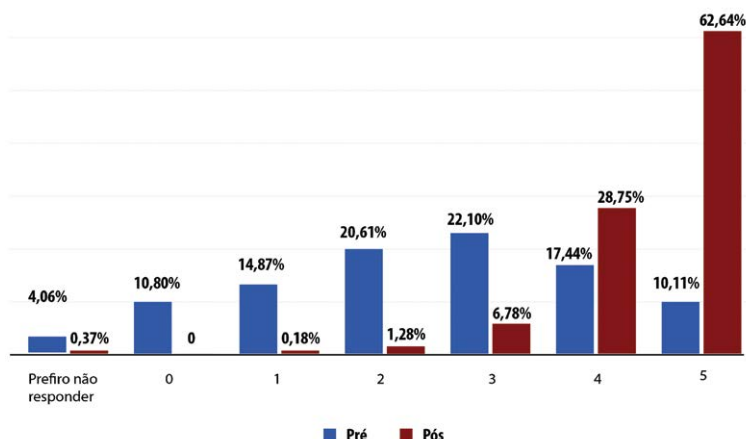


Legenda: Dados coletados do Ambiente moodle do curso “Judicialização da Saúde em AD”. Ago/2014

Fonte: (UNASUS/UERJ, 2013)

Conforme demonstrado no Gráfico 5, a análise comparativa pré e pós-curso demonstra que somente 4,06% dos profissionais reconheciam a importância da Judicialização do Direito à Saúde no Brasil e, após o curso, 62,64% dos profissionais consideraram o grau máximo de conhecimento.

Gráfico 5 – Percepção sobre conhecimentos básicos em relação à importância da Judicialização do Direito à Saúde no Brasil pré e pós-curso. Ago/2014.

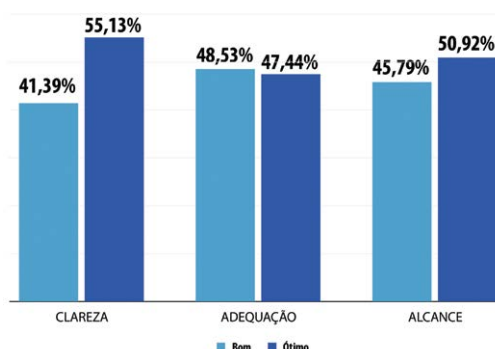


Legenda: Dados coletados do Ambiente moodle do curso “Judicialização da Saúde em AD”. Ago/2014

Fonte: (UNASUS/UERJ, 2013)

Ao final, apresentamos dados extraídos do formulário de avaliação do curso, aplicado com o propósito de conhecer a opinião dos profissionais/alunos em relação à metodologia e aos objetos de aprendizagem bem como o alcance dos objetivos propostos e alinhamento à temática nos proporcionou respostas importantes ao processo de concepção e produção dos cursos da UNASUS/UERJ. As opções de respostas para cada item são: ótimo, bom, regular e insuficiente. Como pode ser observado, as respostas estão concentradas em ótimo e bom.

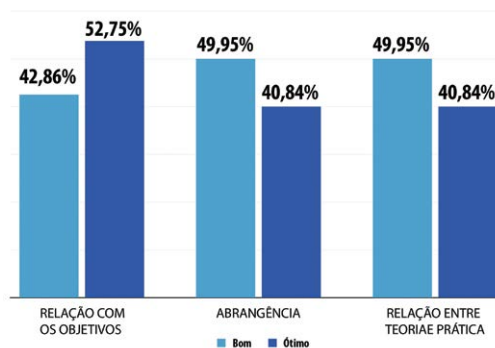
Gráfico 6 – Avaliação dos profissionais/alunos dos objetivos do curso quanto à clareza, adequação e alcance. Pós-curso. Ago/2014.



Legenda: Dados coletados do Ambiente moodle do curso “Judicialização da Saúde em AD”. Ago/2014

Fonte: (UNASUS/UERJ, 2013)

Gráfico 7 – Avaliação dos profissionais/alunos dos objetivos do curso quanto à relação com os objetivos, abrangência e relação entre teoria e prática. Pós-curso. Ago/2014.

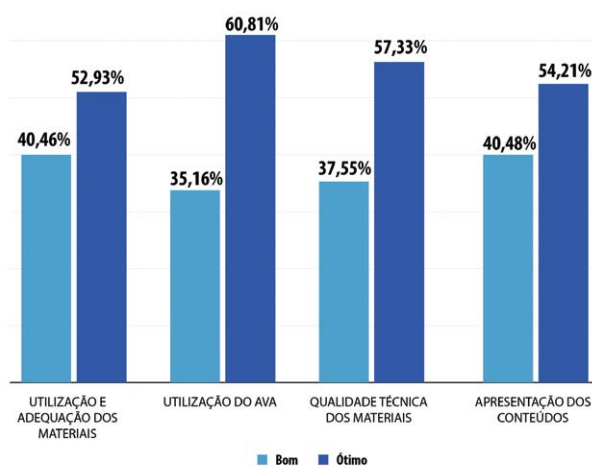


Legenda: Dados coletados do Ambiente moodle do curso “Judicialização da Saúde em AD”. Ago/2014

Fonte: (UNASUS/UERJ, 2013)

A análise das respostas dos alunos sobre os objetivos estabelecidos para o curso indica que estamos no caminho certo, pois, como pode ser visualizado por meio dos gráficos 6 e 7, a avaliação dos alunos considerou acima de 90% como ótimo ou bom os itens analisados. O aprimoramento é sempre necessário e entendemos ser fundamental a todo e qualquer processo de evolução em busca de maior qualidade, principalmente na Educação a Distância com uso das TIC, que é relativamente recente.

Gráfico 8 - Avaliação dos profissionais/alunos em relação à utilização dos materiais, do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), da qualidade técnica e apresentação dos conteúdos. Pós-curso. Ago/2014.



Legenda: Dados coletados do Ambiente moodle do curso "Judicialização da Saúde em AD". Ago/2014

Fonte: (UNASUS/UERJ, 2013)

A avaliação dos profissionais/alunos em relação aos materiais do curso, do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), da qualidade técnica e apresentação dos conteúdos foi um fator que nos surpreendeu positivamente, pois esse curso foi desenvolvido com as ferramentas disponíveis no moodle, vídeos e charges. Esses resultados nos fizeram refletir sobre o que efetivamente é importante na produção de cursos para que os alunos atinjam os objetivos. Nesse caso, ficou evidente que o arcabouço teórico se sobrepôs a itens técnicos ou midiáticos.

5 Considerações Finais

A implementação da UNA-SUS e a atuação em parceria com as Áreas Técnicas do Ministério da Saúde, como o caso apresentado neste estudo do Programa Multicêntrico de Qualificação Profissional de Atenção Domiciliar, em que o Curso Judicialização na Saúde em Atenção Domiciliar é um dos 19 módulos educacionais desenvolvidos pelas 8 IES, em parceria com Departamento de Atenção Básica, têm possibilitado a capilarização das ações por todo o Brasil, superando o desafio de vencer barreiras como a distância. Os 27,35% dos participantes do curso da Região Nordeste permitem essa constatação.

O analfabetismo digital está sendo superado, haja vista os dados do perfil digital dos participantes do curso, o que permite a exploração ainda maior dos recursos tecnológicos para a formação em larga escala, em diversas áreas prioritárias para o fortalecimento do SUS.

Outro dado importante que emergiu está relacionado à motivação do profissional para realizar o curso. Ao categorizarmos as respostas abertas, duas questões ficaram evidentes: “Importância da temática no cenário atual” e “Busca por aprimorar o desempenho nas atividades profissionais”, pois muitos profissionais relataram enfrentar as questões de Judicialização no cotidiano dos serviços de saúde, o que reforça a importância da temática no contexto atual.

Vale ressaltar que a Educação a Distância se apropria, aos poucos, dos novos artefatos tecnológicos e, nesse cenário, a UNA-SUS tem contribuído para delinear novas propostas metodológicas e tecnológicas ousadas de educação em larga escala para processos formativos de profissionais de saúde. Permite, assim, que as universidades que compõem a rede UNA-SUS tenham a infraestrutura necessária a fim de que se tornem indutoras de mudanças educacionais.

Como se pode visualizar, por meio dos formulários de pesquisas implementados no curso, no que se refere à comparação da percepção sobre o nível de conhecimento em relação às temáticas abordadas antes e após a realização do curso, é permitido se afirmar que o trabalho que ora apresentamos se constituiu em uma experiência virtuosa para todos nós. Isso

se justifica por possibilitar a construção coletiva e compartilhada em um modelo bem sucedido e que tem se mostrado potente para atender as necessidades de capacitação e educação permanente, sob a ótica dos próprios alunos/profissionais.

Tal fato ratifica a importância do desenvolvimento de estratégias de mensuração/avaliação de resultados qualitativos das ações desenvolvidas com base na avaliação dos usuários, principalmente em projetos que são viabilizados por financiamento público.

Referências

GANDINI, J. A. D.; BARIONE, S. F.; SOUZA, A. E. de. A efetivação dos direitos sociais à saúde e à moradia por meio da atividade conciliadora do Poder Judiciário. In: SANTOS, L. (Org.). **Direito da Saúde no Brasil**. São Paulo: Saberes, 2010. p. 65–97.

PAIM, J. S. A Constituição Cidadã e os 25 anos do Sistema Único de Saúde (SUS). **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 10, p. 1927–1953, out. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v29n10/a03v29n10.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2014.

SANTOS, L. A gestão do SUS: limites de sua autonomia diante da Judicialização da saúde, das ações administrativas e judiciais do Ministério Público e da atuação dos órgãos de controle. In: BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). **Seminário Direito, Gestão e Democracia: limites da autonomia e do controle do Poder Executivo**. Brasília: MP, 2010. p. 88–95. Projeto Ciclo de Debates Direito, Gestão e Democracia. Disponível em: <http://www.gespublica.gov.br/projetos-acoef/pasta.2009-07-15.5584002076/pagina.2010-05-11.0321542124/1%20Limites%20da%20Autonomia_LASER.pdf>. Acesso em: 3 out. 2014.

SANTOS, L. **Curso em Judicialização da Saúde em Atenção Domiciliar**. Rio de Janeiro: UNASUS/UERJ, 2013. Disponível em: <<http://moodle.uerj.unasus.gov.br/ad/>>. Acesso em: 13 set. 2014.

UNASUS/UERJ. **Curso em Judicialização da Saúde em Atenção Domiciliar.** Rio de Janeiro: UNASUS/UERJ, 2013. Disponível em: <<http://moodle.uerj.unasus.gov.br/ad/>>. Acesso em: 13 set. 2014.

VENTURA, M. et al. Judicialização da saúde, acesso à justiça e a efetividade do direito à saúde. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 77–100, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v20n1/a06v20n1.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2014.

WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. **Avaliação de programas: concepções e práticas.** São Paulo: EDUSP, 2004.